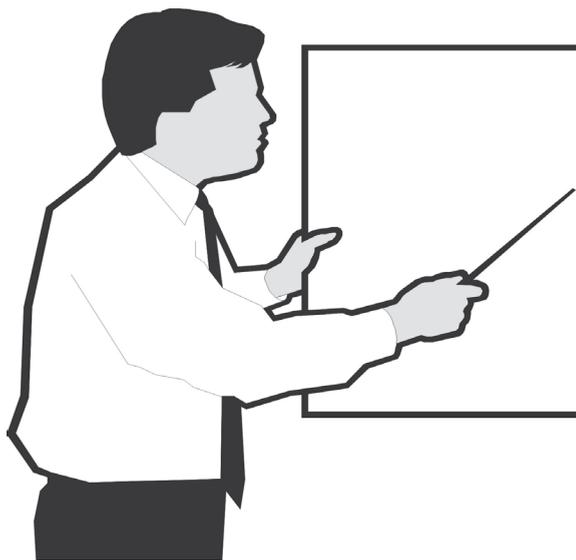


Trabalho apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, outubro de 2000.



O USO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NA PEQUENA EMPRESA

INTRODUÇÃO

Atualmente todas as pequenas empresas têm o acompanhamento de suas atividades feitas por um profissional da contabilidade. Este acompanhamento pode ser superficial, apenas para atender a interesses fiscais, ou representar um suporte efetivo à tomada de decisão do empresário.

Ocorre, em muitos casos, que estas informações são fornecidas sem o devido esclarecimento e interpretação, de maneira que possam auxiliar na gestão da empresa, ainda mais quando o empresário não possui nenhuma formação específica em administração.

Dada a representatividade da pequena empresa no contexto econômico, há necessidade de se dar uma atenção especial a este segmento, pois, segundo o Banco de Dados do SEBRAE/RS, 80% das pequenas empresas fecham antes de completar um ano de atividades.

As pequenas empresas, no contexto do desenvolvimento regional, têm um papel decisivo. Segundo Banco de Dados do SEBRAE/RS, no Brasil, as pequenas empresas representam 98,3% dos estabelecimentos industriais, comerciais, agrícolas e de serviços:

- a) são responsáveis por 59,6% da oferta de empregos;
- b) respondem por 42% dos salários pagos;
- c) 43,1% da receita sobre o valor bruto da produção na indústria, comércio e serviços.

Fatos como a relevância e a falta de estudos, envolvendo especificamente as pequenas empresas, servem de motivação para desencadear um processo de investigação envolvendo as pequenas empresas.

1 - A CONTABILIDADE E A INFORMAÇÃO

A contabilidade surgiu pela necessidade de o homem ter informações econômicas e financeiras a respeito dos seus negócios.

As informações geradas pela contabilidade tiveram uma

- Irineu Afonso Frey
- Márcia Rosane Frey

□ Contador – CRCRS n. 38.170 - Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC
e-mail: frey@dcontab.unisc.br

□ Contadora - CRCRS n. 44.670 - Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC
e-mail: mlfrey@dcontab.unisc.br

mudança de “foco”, a partir do momento em que elas privilegiam os seus usuários externos. Esta mudança foi consequência da crise de 1929, na Bolsa de Valores nos EUA. Nesta época, surgiram os princípios de contabilidade, que se generalizaram, e que, com pequenas modificações, continuam em vigor até hoje.

O desenvolvimento do comércio, a revolução industrial, entre outros, impuseram modificações à teoria e prática contábil. Atualmente, a revolução da tecnologia, a competitividade, a internacionalização das organizações e da produtividade, tornaram os negócios mais dinâmicos e competitivos. Isso impõe novas e profundas revisões na aplicação da contabilidade e seu reencontro com seus objetivos e seu principal usuário: o gestor da empresa.

A contabilidade tem sido definida, em termos gerais, como sendo “o processo que consiste em identificar, medir e comunicar a informação econômica para permitir julgamentos e decisões bem fundamentadas pelos usuários da informação”(American Accounting Association, 1966, p.1, apud Niswonger & Fess, 1980, p.3).

A contabilidade tem um potencial enorme de informação, pois todos os fatos que são passíveis de expressão monetária podem ser agrupados dentro dessa área, objetivando a uma visão sistêmica da situação da empresa.

Marion (1993, p. 30), quando trata da questão da utilização das informações contábeis para gestão, afirma:

A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisões. Ressalte-se, entretanto, que, em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada

exclusivamente para satisfazer às exigências legais.

O desvio do foco da informação contábil fez com que o contabilista perdesse cada vez mais a noção do que representa a contabilidade. Este desvirtuamento da informação contábil faz com que o contabilista não se preocupe em buscar sistemas tecnologicamente mais avançados e abrangentes para subsidiar a contabilidade, pois, para a maioria dos profissionais, a informação deve ser solicitada e não oferecida. Não basta saber atender pedidos de informações: é necessário saber oferecer informações que possam ser úteis para a gestão da empresa.

Além disso, Marion (1993, p. 29,30) afirma:

Observamos com certa frequência que várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentam sérios problemas de sobrevivência. Ouvimos empresários que criticam a carga tributária, os encargos sociais, a falta de recursos, os juros altos, etc., fatores estes que, sem dúvida, contribuem para debilitar a empresa. Entretanto, descendo a fundo nas nossas investigações, constatamos que, muitas vezes, a “célula cancerosa” não repousa naquelas críticas, mas na má gerência, nas decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis. Por fim observamos, nesses casos, uma contabilidade irreal, distorcida, em consequência de ter sido elaborada única e exclusivamente para atender às exigências fiscais.

Isto significa que o trabalho de elaboração da escrituração ocorre, a empresa suporta o custo de sua elaboração, porém os benefícios para auxílio na gestão da empresa geralmente não se concretizam.

2 - CONTABILIDADE E ESCRITURAÇÃO

2.1 - O que se entende por Contabilidade?

Quando se faz referência à contabilidade, logo a maioria das pessoas remete ao conceito de escrituração contábil, será esse o seu verdadeiro sentido da contabilidade?

Segundo Ludícibus (1997, p.26) a contabilidade pode ser conceituada como sendo: “... o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação.”

Segundo Arend (1996, p.11) “A Contabilidade registra, estuda e interpreta (analisa) os fatos financeiros e/ou econômicos que afetam a situação patrimonial de determinada pessoa, física ou jurídica.”

De acordo com Basso (1996, p.19) Contabilidade

... é a ciência que estuda, controla e observa o patrimônio das entidades nos seus aspectos quantitativo (monetário) e qualitativo (físico) e que, como conjunto de normas, preceitos e regras gerais, se constitui na técnica de coletar, catalogar e registrar os fatos que nele ocorrem, bem como de acumular, resumir e revelar informações de suas variações e situação, especialmente de natureza econômica-financeira.

Os conceitos de contabilidade trazem consigo a questão da informação, e esta não se resume tão somente a aquela gerada pela escrituração, onde percebe-se já uma diferença entre escrituração contábil e contabilidade.

2.2 O que se entende por Escrituração Contábil?

Segundo Basso (1996, p. 69)

A arte de registrar os fatos contábeis nos livros diário e razão constitui a técnica denominada escrituração. É pela escrituração que os fatos contábeis, particularizados em sua essência, vão sendo acumulados ordenadamente para formar os diversos demonstrativos contábeis.

De acordo com FAVERO (1995, p. 113) escrituração contábil “É o ato de se registrar nos livros da empresa as movimentações ocorridas em seu patrimônio.”

Ainda segundo Ribeiro (1997, p.82) “Escrituração é uma técnica que consiste em registrar no livros próprios (Diário, Razão, Caixa etc.) todos os fatos administrativos que ocorrem na empresa”.

Observa-se que a escrituração é definida como sendo uma técnica, uma arte que busca registrar todos os atos administrativos que geram alteração no patrimônio da empresa.

A escrituração contábil também pode ser entendida como sendo um conjunto de procedimentos técnicos sistematizados que visam o registro, controle e demonstração das variações ocorridas no patrimônio num determinado período, bem como sua posição em determinada data.

2.3 - Obrigatoriedade da manutenção de escrituração regular

Toda organização de fins lucrativos precisa manter escrituração contábil regular. De acordo com o que preceitua o Código Comercial e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, nenhuma organização que visa lucro está dispensada da escrituração comercial.

O Código Comercial – Lei 556, de 25.06.1850 (assinado pelo Imperador Pedro II e vigente até hoje com as adaptações que o tempo exigiu), determina em seu artigo 10:

Todos os comerciantes são obrigados:

1º . a seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração, e a ter os livros para esse fim necessários;

...

4º a formar anualmente um balanço geral do seu ativo e passivo, o qual deverá compreender todos os bens....

No mesmo texto legal, os artigos 11 e 12 definem o Diário como livro obrigatório, e estabelecem sua forma de escrituração

A Resolução nº 563, de 28.10.83, editou a Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica – NBC-T-2, Da Escrituração Contábil, e no capítulo NBC-T-2.1 Das formalidades da Escrituração Contábil, encontra-se em seu inciso 2.1.5: “O Diário e o Razão constituem os registros permanentes da Entidade”. E, no inciso 2.1.5.4: “Os registros permanentes e auxiliares previstos nesta Norma serão registrados no registro Público Competente”.

Além disso o Decreto Lei 7.661 de 21.06.1945, conhecida como a Lei de Falências, também apresenta com clareza a obrigatoriedade de as empresas possuírem escrituração regular, quando no seu texto legal apresenta:

Art.140. Não impetrar concordata:

I- O devedor que deixou de arquivar, registrar ou inscrever no registro do comércio os documentos e livros

indispensáveis aos exercício legal do comércio.

Art. 186. Será punido o devedor com detenção de seis meses a três anos, quando concorrer com a falência alguns dos seguintes fatos:

VI- Inexistência dos livros obrigatórios ou sua escrituração atrasada, lacunosa, defeituosa ou confusa;

VII- Falta de apresentação do balanço, dentro de 60 (sessenta) dias após a data fixada para o seu encerramento, a rubrica de juiz sob cuja jurisdição estiver o seu estabelecimento principal.

Portanto, conclui-se que o texto legal não deixa dúvidas quanto a exigibilidade da escrituração para toda e qualquer tipo de organização que vise lucro. No entanto, a legislação faz referência a um tratamento fiscal diferenciado para as micro e pequenas empresas.

Em pesquisa realizada por Frey (1997), constata-se que a maioria, ou seja, 80% das pequenas empresas não mantêm escrituração contábil regular, somente fazem a apuração dos impostos e contribuições devidas.

3 - A CONTABILIDADE E A PEQUENA EMPRESA

Para subsidiar a discussão sobre a utilização efetiva da contabilidade na gestão da pequena empresa, analisa-se os resultados da pesquisa realizada por Frey (1997), com 263 empresas, que se enquadram como pequenas empresas industriais, estabelecidas no perímetro urbano de Santa Cruz do Sul.

Para contrapor também é analisado a opinião dos profissionais que elaboram a contabilidade destas pequenas empresas, sendo que esses totalizam 72 profissionais.

3.1 Perfil do empresário

De acordo com os dados da pesquisa, a maioria dos empresários das pequenas empresas possui formação secundária. Apenas 2,3 % dos entrevistados possuem formação primária.

Desponta o número de pessoas com formação superior completa e incompleta, pois dos entrevistados, 13,6% possuem formação superior incompleta e 31,8%, superior completa. Considerando tratar-se de pequena empresa, este percentual de 45,4 % com formação acima de 2º grau é bastante expressivo.

3.2 A informação gerada pela contabilidade

Neste sentido analisar-se o conteúdo das informações que o empresário recebe atualmente, bem como as informações que poderiam ser geradas pela contabilidade.

3.2.1 Para fins fiscais

A simples escrituração fiscal é confundida com a contabilidade. Como exposto anteriormente, a contabilidade é um sistema de informações. Portanto, a escrituração fiscal é apenas uma pequena parcela do que vem a ser contabilidade.

Dos pequenos empresários pesquisados, apenas 21,1% efetivamente fazem contabilidade ou escrituração mercantil, sendo que os demais fazem escrituração fiscal, que não pode ser considerada como sendo contabilidade. E ainda, destes

21,1%, nem a metade dos que fazem contabilidade completa a fazem para utilizá-la como instrumento de gestão.

Há um entendimento errôneo sobre o que preceitua a legislação comercial, pois a maioria dos empresários, e também contabilistas, entendem que a elaboração da escrituração fiscal atende ao que determina a legislação, quando esta se refere à escrituração comercial. Não se pode esquecer que são dois ambientes diferentes, o tributário e o comercial.

A legislação tributária admite uma escrituração simplificada para as pequenas empresas. Constatou-se que 76,8% das empresas pesquisadas apenas fazem esta escrituração fiscal, que denominam de escrituração simplificada.

Constatou-se que as empresas não estão cumprindo o que determina o Código Comercial Brasileiro, no que diz respeito à elaboração de escrituração contábil. Não existe, até o momento, nenhum mecanismo legal que dispense alguma pessoa jurídica de manter escrituração comercial, ou seja, contabilidade.

A escrituração contábil completa, exigida de todas as pessoas jurídicas, apenas é elaborada por 21,1% das empresas pesquisadas, o que vale dizer que em torno de 80% das empresas não cumprem o que determina o Código Comercial Brasileiro.

3.2.2 Para fins gerenciais

Verifica-se que 84,1% dos empresários pesquisados afirmam não receberem relatórios gerenciais. Por outro lado, somente 51,2% dos contabilistas afirmam que não fornecem informações gerenciais. Esta constatação é muito preocupante, pois um dos lados envolvidos na discussão afirma que fornece, o contabilista, e o outro lado, o empresário, afirma que não recebe essas informações.

O hiato existente entre o empresário e o contabilista nos remete à hipótese de que o empresário não conheça o potencial da contabilidade como um sistema de informação, e que também tenha havido constrangimento por parte do contabilista, para responder a esta questão.

Com relação ao fornecimento de informações gerenciais pelo contabilista, as mesmas são possíveis, uma vez que a maioria utiliza de uma ou de outra forma a informática no desenvolvimento da escrituração. Estas informações são imprescindíveis para o gerenciamento racional e eficaz por parte do empresário.

Aos demais que não fazem escrituração completa, que representam 76,8% da população pesquisada, não é dada sequer a oportunidade de utilizar a contabilidade na gestão da empresa. Ocorre o pagamento de honorários aos contabilistas, porém o empresário não aproveita as informações geradas para a gestão empresarial.

Além dos dados para planejamento, há uma série de outras informações gerenciais, das quais o empresário necessita para a gestão de sua empresa, que podem ser obtidas através da contabilidade, do tipo: liquidez, endividamento, rentabilidade e outros. Estes indicadores gerenciais são fundamentais para o acompanhamento da empresa, pois refletem os resultados oriundos das decisões tomadas na empresa.

A função do contabilista, principalmente nas pequenas empresas, deve ser mais consultiva, não apenas a de elaborar uma escrituração. As empresas de maior porte possuem uma contabilidade gerencial, que supre as lacunas deixadas pela contabilidade, elaborada para atender a legislação fiscal e tributária.

Para fins gerenciais, os relatórios serem utilizados pelo gestor da pequena empresa devem, segundo Kassai (1996), observar algumas características, tais como:

a) *Simplicidade*

As informações repassadas ao gestor devem ser de entendimento intuitivo, ou seja, não sendo necessário um prévio conhecimento dos princípios e das convenções contábeis em vigor, ou até mesmo do método das partidas dobradas. As informações devem ser elaboradas de forma que o gestor possa manipulá-las sem receio de estar distorcendo o seu real significado.

b) *Facilidade de obtenção*

As informações devem ser levantadas de maneira fácil, sem necessidade de manutenção de registros históricos ou sistemas acumuladores complexos.

As médias e grandes empresas tem uma capacidade de suporte de recursos humanos bem superior ao das pequenas empresas, tanto que contratam especialistas para projetar e implementar sofisticados sistemas de informações, enquanto na pequena empresa o proprietário-gerente tem até dificuldades em fazer a administração de caixa.

c) *Relevância*

O sistema de informações da pequena empresa deve ter uma preocupação, primeiramente com os fatos mais importantes, sob pena das pequenas questões provocar confusão na tomada de decisão do gestor.

d) *Atualidade*

A contabilidade, de forma errada, é mais conhecida como alguém que se preocupa em registrar fatos e eventos passados. As informações geradas pela contabilidade devem estar voltados para fatos e eventos do presente e do futuro, através da utilização de projeções orçamentárias e outros.

e) *Possibilidade de efetuar simulações*

É interessante que os modelos de informações contemplem também, a possibilidade de se efetuar simulações em relação as variáveis principais. O gestor tendo esta ferramenta vai auxiliá-lo na tomada de decisão.

f) *Facilidade de manipulação das informações*

O ideal é de que todas as pequenas empresas dispusessem de um microcomputador para auxiliar na gestão da empresa. Porém sabe-se que ainda não é a realidade da maioria das pequenas empresas, por isto torna-se necessária a participação do gestor na elaboração da arquitetura do sistema de informações, permitindo assim, seu pleno domínio.

3.3 Adequacidade das informações fornecidas

A contabilidade como produtora e fornecedora de informações precisa estar atenta, para integrar-se às exigências que se apresentam e, dessa forma, contribuir para a gestão da empresa.

3.3.1 Periodicidade

Para que a contabilidade possa efetivamente ser utilizada como suporte à tomada de decisões dos empresários, é condição que o tempo verificado entre o acontecimento do fato, seu registro e sua disponibilização de forma sistematizada, seja mínimo, do contrário, já não mais atenderá às necessidades do gestor.

Com relação à periodicidade do fornecimento das informa-

ções, observa-se que dos que recebem relatórios, 42,9% os recebem mensalmente, 35,7%, anualmente, 4,8%, quinzenalmente, e os demais recebem trimestral ou semestralmente tais relatórios.

Das empresas que fazem escrituração simplificada, 48,1% recebem informações anuais e somente 33,3% as recebem mensalmente.

No sistema tradicional de contabilização, os registros são feitos durante o mês, ou seja, agrupados por mês, e divulgados através de balancetes ou outros relatórios, somente por ocasião do fechamento do respectivo mês.

Das empresas pesquisadas, 93,7% fazem sua escrituração fora da empresa, ou seja, em escritório de contabilidade, e apenas 4,2% a fazem na própria empresa. As empresas que elaboram parte da contabilidade na empresa e outra em escritório representam 2,1%.

Este aspecto da predominância da terceirização dos serviços contábeis na pequena empresa pode vir a representar alguns pontos de estrangulamento do tipo: disponibilidade imediata das informações necessárias para a tomada de decisão; concorrer com outras empresas nos escritórios de contabilidade, quanto à prioridade, entre outros.

A disponibilidade imediata das informações torna-se possível através da interligação "on line" com o escritório, passando assim a empresa, também a fazer inclusão de informações no banco de dados, o que seria coordenado pelo contabilista, contrariamente ao que se verifica atualmente, na maioria dos escritórios, onde a empresa repassa todos os documentos ao escritório para processamento.

Além do recebimento de relatórios, verifica-se também a quantidade de contatos que o empresário mantém com o contabilista mensalmente. Neste sentido, constata-se que 53,7% dos pesquisados fazem até dois contatos mensais e 37,9%, de três a cinco contatos mensais.

Este número de contatos é reduzido, considerando que as informações possíveis de serem obtidas a partir da contabilidade são muito expressivas.

3.3.2 - Entendimento das informações contábeis pelo empresário

O trabalho para elaboração da escrituração contábil se justifica, quando as informações geradas pela contabilidade, são efetivamente utilizadas para a gestão da empresa.

Todavia, os relatórios contábeis gerados a partir da contabilidade são de certa forma codificados, e para que realmente possam atingir seus propósitos, é imprescindível que estes venham acompanhados de uma análise econômico-financeira, elaborada pelo contabilista, facilitando assim a leitura e interpretação dos relatórios gerados pela contabilidade.

A análise econômico-financeira é um dos meios mais importantes para a contabilidade atingir seu objetivo gerencial. Dos pesquisados, somente 15,9% recebem relatórios complementares que contemplam uma análise econômico-financeira, enquanto que os demais empresários, 84,1% não recebem nenhum relatório complementar.

A falta dessa análise econômico-financeira tem gerado, ao que tudo indica, um desinteresse do empresário pelas informações contábeis, tanto que se observou, que, dos empresários

que não conhecem o potencial de informação da contabilidade, a maioria, ou seja, 65,9%, não tem interesse em conhecer esse potencial. Apenas 29,5% tem interesse em conhecer o potencial de informação da contabilidade.

Considerando que a empresa é dinâmica, e que não pode esperar que sejam criados mecanismos ou alternativas de informações para gestão, a contabilidade deve estar estruturada de forma que possa atender às necessidades dos gestores. Dos empresários que não utilizam a contabilidade para a gestão, 63,3% gerenciam suas empresas com base em anotações e controles feitos por eles próprios ou por seus funcionários. Também se constatou que 10% dos entrevistados não possuem nenhum controle sobre sua empresa.

Além das informações internas, ou seja, controles e anotações, os empresários também se utilizam de informações advindas de vendedores e clientes, principalmente.

Os empresários que não utilizam nenhuma forma de controle certamente estão predestinados a fazer parte da triste realidade brasileira da sobrevivência das pequenas empresas, onde 80% delas encerram suas atividades antes de completar um ano de vida, segundo informações do Banco de Dados do SEBRAE/RJ.

A representatividade das empresas que fazem contabilidade completa, escrituração comercial e escrituração fiscal, é pequena, pois, mostra que apenas 21,1% dos entrevistados fazem contabilidade completa, enquanto que os demais, 76,8%, fazem contabilidade simplificada, ou seja, escrituração fiscal.

Quanto aos empresários que não fazem contabilidade completa, os motivos apresentados são os mais variados, assim distribuídos:

- a) 26,9% não vêem utilidade;
- b) 28,8% consideram o custo muito alto;
- c) 26,9% estão desobrigados fiscalmente; e, para
- d) 17,3%, o contabilista informou que não seria necessário.

Os dados acima apresentados causam preocupação. Os 28,8% que não fazem contabilidade completa devido ao alto custo, não causam uma preocupação imediata, sendo que os demais merecem uma atenção toda especial, por parte dos contabilistas, pois isto indica que existem problemas quanto ao entendimento das informações contábeis. Observou-se um grau de desconhecimento dos empresários com relação à contabilidade, uma vez que a maioria afirma que utiliza informações contábeis para gestão, no entanto, apurou-se que são poucos os que dispõem destas informações contábeis.

4 - O PAPEL DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

O papel do contabilista é decisivo, para que as informações contábeis sejam utilizadas na gestão da pequena empresa.

Quanto à composição da equipe de apoio do contabilista, a pesquisa demonstra que 70% têm formação contábil completa ou estão buscando formação contábil. Dos funcionários que fazem parte da equipe, 30% não possuem formação contábil.

No que diz respeito ao comprometimento do contabilista com o aspecto gerencial da contabilidade, observa-se que somente 53,5% dos contabilistas pesquisados têm como única fonte de renda a contabilidade e 46,5% possuem outra fonte de renda

complementar. Este é um indicador desfavorável, uma vez que o exercício da atividade contábil pode ser acessória, não recebendo a devida atenção, para o fornecimento de um serviço de qualidade.

Outro aspecto verificado é o de que a maioria dos contabilistas estão insatisfeitos com a remuneração que percebem pelos seus serviços, considerando que não é justa pela responsabilidade que assumem. O percentual de insatisfeitos chega a 67,4%, enquanto somente que 32,6% consideram que a renda seja justa.

Pelos dados apresentados, pode-se concluir que não há um efetivo comprometimento do contabilista com o aspecto gerencial da contabilidade; este fato pode estar aliado principalmente a três fatores: o número muito grande de clientes por contabilista; insatisfação com a remuneração recebida; e o fato de a contabilidade não ser a única fonte de renda, tornando-a algo acessório.

5 - EXPECTATIVA DOS EMPRESÁRIOS

Os usuários da informação contábil estão cada vez mais exigentes e sofisticados. Não desejam mais apenas receber informações fechadas de forma que não possam ser manipuladas e articuladas para melhor atender suas necessidades e especificidades do dia-a-dia. Entra aí a questão do banco de dados, que serve de alavancador da contabilidade como sistema de informações, contribuindo no sentido de atender as necessidades, aliadas aos objetivos e estratégias da empresa, pois as informações precisam estar disponíveis e flexibilizadas a qualquer momento.

Considerando a velocidade em que os fatos acontecem, cada vez mais a contabilidade deve adequar-se a este ambiente, agilizando suas informações, tanto que as mesmas não podem ser apenas mensais.

Percebe-se que, quanto maior o grau de instrução do empresário, maior é a utilização dada à contabilidade para gestão da empresa.

Dos empresários entrevistados, observa-se que a maior deficiência de informações está na área de custos. Segundo pesquisa, 63,6% das respostas contemplavam como sendo esta informação que o empresário gostaria de receber sobre o seu negócio. Depois de custos, por ordem de interesse estão os balancetes mensais, com 38,6%. Esta lacuna existente sobre as informações necessárias à gestão, faz com que o pequeno empresário acabe desistindo de administrar sua empresa através da contabilidade.

CONCLUSÕES

A contabilidade pode dar sua grande e valiosa contribuição ao desenvolvimento da pequena empresa, ao adotar uma função consultiva e preditiva, auxiliando os empresários a especificarem suas necessidades de informação antecipadamente, ao invés da mera função interpretativa sobre relatórios pensados e preparados pelo contabilista, sem a participação do empresário.

No que tange à modelagem da informação contábil, esta deve

estar voltada ao atendimento das necessidades do seu usuário principal, o gestor. Para tal, recomenda-se que se desenvolvam estudos sobre um sistema contábil, que contemple não somente informações econômica-financeiras, mas também dados que demonstrem o lado social e humano das empresas.

Considerando os dados apresentados da pesquisa, sugere-se uma discussão em torno do resgate do valor da contabilidade como um sistema de informações para a gestão, junto aos

empresários e também com os contabilistas, pois somente 10% dos empresários pesquisados utilizam a contabilidade para a gestão, sendo que os demais 90%, não a utilizam.

Os dados analisados servem de alerta para toda a classe contábil a cerca da necessidade de gerar informações que contribuam para o processo decisório da pequena empresa, considerando, para isso, as particularidades do modelo decisório de cada empresário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDA, Lauro R., GRECO, Alvisio L.. Contabilidade: teoria e prática básicas. 6 ed. Porto Alegre: Sagra-DC Çuzzatto, 1996.

BASSO, Irani Paulo. Contabilidade Geral Básica. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1996.

BIO, Sérgio Rodrigues. Sistema de Informação – Um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1995.

BRASIL. Lei nº 7.661 de 21.06.1945 – Institui a Lei de Falências.

CÓDIGO COMERCIAL BRASILEIRO, ed. 1984, São Paulo: Saraiva, 1994.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade. 13 ed. Porto Alegre: CRC/RS, 1998.

DIAS, Donaldo de Souza. O Sistema de Informação e a Empresa. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1985.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. Contabilidade: teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 1995.

FEA/USP, Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. Contabilidade Introdutória. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FREY, Irineu Afonso. A contabilidade como instrumento de gestão nas pequenas empresas industriais de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 1997. (Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Regional).

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Gerencial. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____, Teoria da Contabilidade. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1993.

NASH, John F., ROBERTS, Martin B.. Accounting Information Systems. New York: Ed. Macmillan, 1984.

NISWONGER, Clifford Rollin, FESS, Philip E.. Princípios de contabilidade. Traduzido por Arthur Andersen & Co., 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

OLIVEIRA, Juarez de. Código Comercial. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

SUMMERS, Edward Lee. Accounting Information Systems. New York: Ed. Houghton Mifflin Company, 1992.

WU, Frederick H.. Accounting Information Systems – Theory and Practice. New York: McGraw-Hill, 1993.